

# Homens podem perdoar pecados?

## Em que sentido Cristo concedeu autoridade aos discípulos para perdoarem pecados? (Jo 20:23)

*Por Alberto R. Timm*

Em João 20:21-23, Cristo concedeu, após Sua ressurreição, uma capacitação especial de poder do Espírito Santo aos Seus discípulos, capacitação esta que lhes permitiria tanto perdoar pecados quanto reter o perdão. Este texto, bem como os de Mateus 16:19 e 18:18 e 19, tem sido usado por muitos para justificar a busca do perdão divino através da confissão a sacerdotes e líderes religiosos. Mas as Escrituras, no seu consenso, não reduzem o perdão divino a esse tipo de prática eclesial.

A Bíblia ensina, em primeiro lugar, que Deus é quem perdoa os pecados (conforme Is 43:25; Jr 31:34; comparar com Mc 2:7 e Lc 5:21). Esse perdão deve ser buscado diretamente dEle por meio de Cristo (ver Jo 14:6, 13 e 14; 1Tm 2:5). Em Mateus 6:9-13, Cristo ensinou os discípulos a orarem diretamente ao “Pai” em busca de perdão para as suas “dívidas”. Em I João 2:1 e 2, é dito que podemos obter o perdão para os pecados se buscarmos o único “Advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o Justo”, que “é a propiciação pelos nossos pecados e não somente pelos nossos próprios, mas ainda pelos do mundo inteiro”.

Somos admoestados também de que as faltas contra outras pessoas devem ser confessadas e restituídas, se necessário, diretamente a elas. Na oração do Senhor aparecem as seguintes palavras: “E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores” (Mt 6:12). As implicações desta afirmação são enfatizadas por Cristo: “Porque, se perdoardes aos homens as suas ofensas, também vosso Pai celeste vos perdoará; se, porém, não perdoardes aos homens [as suas ofensas], tampouco vosso Pai vos perdoará as vossas ofensas” (Mt 6:14 e 15; Cl 3:13).

A alusão à autoridade para perdoar e recusar-se a perdoar pecados em João 20:23 é parte da versão da Grande Comissão evangélica encontrada nos versos 21-23, que, por sua vez, está diretamente relacionada com os demais textos que falam dessa mesma comissão (ver Mt 28:18-20; Mc 16:15-18; Lc 24:46-49; At 1:5-8). Sobre a passagem de João 20:19-23, o comentarista Raymond E. Brown vê um claro paralelo entre a simples ordem para batizar (Mt 28:19) e a previsão de como o batismo separaria as pessoas (Mc 16:16), bem como entre a simples proclamação do perdão (Lc 24:47) e a previsão das formas nas quais o poder do perdão separaria as pessoas (Jo 20:23).

Cristo concedeu à Igreja, como comunidade dos crentes, a obrigação de receber como membros dela a todos que demonstrarem, por sua conduta, a genuinidade do seu arrependimento. Deu também autoridade de afastar de sua comunhão a todos aqueles cuja conduta representasse uma clara negação da fé. Aceitando uns e rejeitando outros, apoiada nos critérios bíblicos, a Igreja exerce a autoridade de perdoar pecados e reter pecados. É, portanto, com base no princípio de que “pelos seus frutos os conhecereis” (ver Mt 7:15-23) que os discípulos de Cristo poderiam reconhecer os penitentes, como perdoados por Deus e, conseqüentemente, também por Sua igreja, e os impenitentes, como não havendo sido perdoados.

**Fonte:** *Sinais dos Tempos*, julho/agosto de 2000. p. 21 (usado com permissão)